

AS POPULAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL NO SÉCULO DO DESCOBRIMENTO: ASPECTOS E PROBLEMAS

*Marília Carvalho de Mello e Alvim**

RESUMO: No Brasil de hoje há 230.000 índios, 220 povos e 170 línguas nativas quando, em 1500 havia, aproximadamente, 5.000.000 de habitantes e 340 línguas. No entanto, a História do Brasil, por desinteresse ou talvez pelas escassas informações, está direcionada para as 25 gerações nativas anteriores. Às vésperas do contato nem todos os grupos indígenas se encontravam em estado de explosão demográfica nem tão pouco em completo declínio populacional embora a chegada do colonizador tenha alterado substancialmente o ritmo de crescimento da massa indígena. Apesar de todos os percalços as populações indígenas remanescentes vêm crescendo nas últimas três décadas. Impõe-se o reconhecimento do grande valor das diversidades biológica e cultural e dos direitos das sociedades indígenas.

A história econômica, política e social do Brasil está centrada na trajetória das vinte e cinco gerações de europeus que conquistaram e colonizaram o nosso território para os seus descendentes, em detrimento às seiscentas gerações, ou talvez mais, das populações pré-cabralinas que são pouco conhecidas devido às limitadas e dispersas informações e/ou o desinteresse sobre elas.

No Brasil de hoje há duzentos e trinta mil índios, duzentos e vinte povos e cento e setenta línguas nativas, quando em 1500 havia, aproximadamente, cinco milhões de habitantes e trezentos e quarenta línguas (Gomes, 1988; Rodrigues, 1986).

Atualmente as populações brasileiras são brancas, mistas (dihíbridas e trihíbridas), negras e não mais amarelas como no início da colonização.

* Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Demograficamente, os índios não atingem a 0,2% da população global do país. No entanto, na pré-história, existiram significativas transformações bio-sociais, em processo de redescoberta pelos arqueólogos. Nesta etapa, as comunidades nativas eram mais diversificadas que as existentes no início da colonização. Variavam desde as mais densas e complexas, como a dos cacicados de Marajó e Santarém, que se desenvolveram durante os dois últimos milênios que precederam à conquista, até as mais igualitárias, como a dos pequenos bandos de coletores-caçadores que habitaram os cerrados de lagoa Santa há 11.000 anos.

O presente indígena só pode ser compreendido pelo estudo do seu passado e só fará sentido quando os índios forem partícipes do povo brasileiro no destino comum do país.

Os índios não constituem uma única população nem um único povo, mas vários. Diferentes entre si, cada qual tem o seu uso e costume próprio, variando quanto à língua, tecnologia, crença religiosa, organização social e filosofia peculiares. Esta variabilidade é resultado de experiências acumuladas e desenvolvidas através de milênios. Os sobreviventes são, portanto, repositários de conhecimentos sobre o uso sustentável de seus respectivos meio-ambientes e não devem estar ausentes na construção do seu futuro.

Os grupos indígenas brasileiros, por ocasião dos primeiros contatos com os europeus, não deviam se encontrar equitativamente equilibrados nem do ponto de vista demográfico, nem normalmente distribuídos no espaço.

As guerras intertribais, muitas vezes crônicas, pela equivalência numérica entre as partes contendoras, de há muito existiam. Os motivos mais comuns eram a vingança, a captura e a disputa pelos recursos ambientais. O objetivo comum nos confrontos era maximizar os grupos maiores e minimizar os menores até que sucumbissem. Em outras palavras, até que fossem fracionados em subgrupos tão pequenos e tão dispersos, que não oferecessem qualquer perigo ao grupo dominante. Este, então, continuava aumentando seu efetivo numérico de modo que a população também crescesse.

As lutas intra-tribais também eram comuns e o grupo se fragmentava em várias sub-unidades familiares que se deslocavam para outras

áreas. Algumas retornavam ao grupo de origem, outras se anexavam a grupos estrangeiros. Estes acontecimentos eram devidos, entre outras causas, às epidemias, à carência de recursos alimentares e conseqüente declínio populacional, num processo intermitente de fissão-fusão já elucidado pelos geneticistas.

Portanto, às vésperas dos contatos, nem todos os povos nativos estavam em explosão populacional ou em declínio drástico. Não se pode, entretanto, escamotear a magnitude da catástrofe que se abateu sobre a maioria deles, após a chegada dos colonizadores.

As causas da depopulação progressiva dos nativos de que foi teatro o território brasileiro, no período pós-cabralino, são variadas: contato com colonizadores de tecnologia produtiva mais estruturada; doenças européias, e posteriormente as africanas transmitidas direta ou indiretamente, sendo algumas fatais e, na maioria das vezes, acirradoras das hostilidades inter e intragrupais e do nomadismo; invasão das terras indígenas e conseqüente desintegração das estruturas políticas, do colapso das regras sociais e da vida cerimonial. Outrossim, a miscigenação com outros segmentos raciais da população brasileira, é também uma das variações do mesmo processo que redundou na diminuição da massa indígena.

O relacionamento entre as sociedades regionais e as indígenas, etnicamente diferenciadas, acarretou e ainda acarreta, a emergência de situações de conflitos decorrentes, fundamentalmente, das diversidades culturais e das oposições de interesses. Comumente, as tentativas de conciliação são prejudicadas pela incompreensão mútua dos respectivos sistemas culturais. A sociedade nacional é, por sua própria característica demográfica e sócio-econômica, a mais capaz de exercer pressão. A imposição de seus padrões se apóia, geralmente, por intermédio de representações mentais estereotipadas. Estas deformam a realidade das diferenças interculturais e da situação de fricção interétnica impedindo sua justa apreciação, o que leva à condutas sociais tendentes ao agravamento da problemática de situação de contato.

Os grandes descobrimentos dos séculos XIV e XVII tinham caráter econômico embasados na ideologia cristã. Assim sendo, os contatos entre europeus e índios houveram por colocar, no mesmo processo, sistemas econômicos e ideológicos diferentes e conflitantes.

Havia nas relações de produção marcada desigualdade entre a economia de subsistência dos povos Tupi litorâneos e a política de mercado européia. Isto inevitavelmente redundou num desequilíbrio favorável à dominação estrangeira (Neme, 1988).

O cristianismo foi a perspectiva através da qual os nativos tiveram que se ajustar e viver, como se depreende das cartas jesuíticas do início do período colonial, as quais retratam a nova terra e o seu modo de tratar os índios (Gambini, 1987).

Nesta época se inaugurou, de forma marcante, o conflito cultural que pervaga até os nossos dias; a imposição das culturas européias sobre as indígenas, consubstanciada na noção de que só os valores das primeiras são corretos e válidos.

Para os jesuítas os índios teriam de adorar a Deus, venerar os santos e abandonar seus ritos e mitos, enfim, seus estilos de vida. Não poderiam ser inconstantes nem ter mais de uma mulher, andar despidos, beber, cantar e dançar em seus cerimoniais dionisíacos. O resultado da catequese significou o abandono dos seus costumes e do prazer da vida, a perda das crenças e mesmo assim foram extintos. Hoje, mais de quatro séculos depois, os remanescentes expulsos de suas terras se embriagam ao longo das estradas para enfrentar o desespero. É o que acontece com os Guarani-Kaiwá do Estado de Mato Grosso do Sul. A epidemia de suicídios entre seus jovens, de ambos os sexos, é um típico exemplo de crise de identidade étnica. Na falta de outra opção para recuar ou mudar, tais atitudes são a última forma de fazer sobreviver sua cultura.

Através das cartas jesuíticas ficam evidentes as discrepâncias ideológicas. A antropofagia serviu de forte justificativa em favor da conversão. As crônicas dos franceses André Thevet, Claude d'Abbeville, Yves d'Eureux e Jean de Léry e os cronistas portugueses discorriam sobre esta crueldade isolando-a do contexto cultural e ignorando que inúmeras formas de comportamento dos indígenas tinham significado sócio-político e religioso. No caso dos Tupinambá estava ligada na crença da Terra-sem-Mal (Métraux, 1928).

A noção do dilúvio, diversa da expressão bíblica, era considerada errônea. Ridícula era considerada a visão Tupinambá de que depois da morte as almas não sentem nada ou se transmutam em animais. En-

tretanto, essa transformação da alma é também encontrada em tribos do Tronco Linguístico Macro-Jê como entre os Kaingáng e Bororo. Entre os índios Guarani existe a crença na multiplicidade da alma. Estes são apenas alguns dos indícios dos consideráveis conflitos que ocorrem entre a forma de pensar dos índios e europeus.

A criação, para os Tupinambá, era a manifestação de dois poderes divinos “Monan e Maíra”, sendo o primeiro um criador e o outro o transformador de todas as coisas. Tupã não tinha forma humana e de modo algum era o principal dos entes sobrenaturais. Para eles, Tupã era como um demônio que controlava o raio e o trovão podendo, por isso, provocar morte e destruição (Métraux, op. cit.). Foram os missionários que, ao ensinarem a doutrina cristã aos índios, na língua destes, procuraram expressar o conceito que os cristão faziam de Deus com o termo Tupã. O vocábulo foi mal escolhido, uma vez que é completamente discordante a idéia de que os cristão fazem de Deus e a que os índios fazem de Tupã (Laraia, 1967). Mas o equívoco dos missionários persiste até hoje, nos livros didáticos, onde Tupã é apresentado como a principal divindade indígena. O termo é, entretanto, somente conhecido pelos indígenas do Tronco Linguístico Tupi. Os membros dos demais grupos indígenas desconheciam o vocábulo, e conseqüente significado, antes do contato com os europeus. Da mesma forma, vários espíritos do mato, com atributos diversos, como o Jurupari, Anhangá, Boitatá e Ipupiára, foram agrupados na representação do diabo.

Até mesmo o vocábulo “índio” expressa um conceito criado pelos europeus que, ao chegarem à América, deram a seus habitantes esta denominação por pensarem estar pisando as terras das Índias. Mesmo depois que suas expedições exploratórias os levaram a perceber o engano, demonstrando que a América constituía um continente à parte, distinto da Ásia, os habitantes do Novo Mundo permaneceram com a mesma denominação.

Com este termo os conquistadores rotulavam as populações mais diversas, de Norte a Sul do Continente Americano. Tais populações, entretanto, diferiam umas das outras, quer nas tradições culturais, quer nas suas línguas como no aspecto físico. Membros de sociedades tão distintas, como os Incas e os Tupinambás, foram englobados por um único termo, “índios”, numa oposição a europeus.

As línguas nativas brasileiras

Não é incomum encontrarmos pessoas, mesmo com nível universitário, que acreditam falar os índios do Brasil uma única língua, o Tupinambá ou Tupi Antigo. As primeiras palavras do Tupinambá registradas por escrito datam dos primeiros anos do século XVI, mas só em 1575 foram publicados os originais dos textos escritos nessa língua. Eram traduções para o Tupinambá do Pai-Nosso, da Ave-Maria e do Credo feitas, provavelmente, pelos primeiros missionários jesuítas portugueses e reproduzidas, a partir de informação de um índio catequizado, pelo franciscano André Thevet. Logo depois, Jean de Léry, pastor calvinista francês, publicou o primeiro texto em que procurou reproduzir a conversação típica que os índios Tupinambá mantinham com os europeus. Nessa época, praticamente todos os europeus que vinham se estabelecer no Brasil aprendiam a falar, bem ou mal, o Tupinambá. Mas somente os missionários portugueses passaram a escrever nessa língua. Além da confecção de um catecismo católico, foram feitos versos na língua indígena, como por exemplo os 4000 versos escritos por José de Anchieta. Também a ele se deve a primeira descrição gramatical dessa língua publicada em 1595. No século XVII foram editados um catecismo, na Língua Brasilica, e uma gramática, esta de autoria do Padre Luiz Figueira. O primeiro foi reeditado pelo Padre Bartolomeu de Leão. Poucos índios devem ter aprendido a escrever na sua própria língua mas, com o tempo, alguns devem ter sido alfabetizados; um caso conhecido é o do Poti, o Felipe Camarão das Guerras Holandesas, o qual escrevia mensagens em Tupinambá a outros líderes indígenas (Rodrigues, *op. cit.*).

Os relatos etno-históricos referentes ao século XVI privilegiam a língua e costumes dos índios Tupinambá ou Tupi antigo. A língua era falada numa enorme extensão, ao longo da Costa Atlântica, do litoral de São Paulo ao litoral do Nordeste.

O termo “tupinambá”, como designação dessa língua, aparece tardiamente no século XIX. Anteriormente era denominada “Língua da Costa”, “Língua do Brasil”, “Língua da Terra”, “Língua Brasilica”. Já o nome Tupi se tornou usual somente no século XIX quando já havia desaparecido a grande maioria dos índios Tupinambá, restando

apenas o Tupinikin e os Potiguára. No século XVI a “Língua Brasileira” passou a ser aprendida pelos portugueses que, de início, constituíam pequena minoria junto aos índios Tupinambá. Com a miscigenação de colonos e índias, a Língua Brasileira (Tupinambá) passou a ser a língua materna de seus filhos.

Na etapa inicial da colonização poucos são os informes relativos aos grupos indígenas interioranos, tais como os Jê, Kariri, Goitacá e outros.

A Língua Brasileira, ou Tupinambá, passou a ser usada pelos portugueses e seus descendentes, pelos mestiços e escravos africanos, além de outros índios incorporados às missões, às fazendas e à tropa. A essa língua popular é que foi mais sistematicamente aplicada a denominação de Língua Geral.

Nos séculos XVI e XVII, as fontes etno-históricas sobre os povos indígenas são as referidas pelos cronistas, viajantes e missionários sendo, portanto, influenciadas e filtradas por suas respectivas visões de mundo. Variavam no que se referia à vida cotidiana da aldeia e nos privilégios de certos aspectos da cultura, quase sempre com ênfase no exótico.

A ação dos colonizadores, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, e mesmo na fase da prática do escambo, destruiu muitas sociedades indígenas por várias formas. Dentre estas, a guerra, a captura para serviço-escravo, a redução de diferentes grupos tribais em aldeias submetidas à uma aculturação orientada, o desmantelamento das aldeias e conseqüente fuga em massa de índios, foram as principais descaracterizadoras dos sistemas sociais vigentes. Tal fato, dificulta enormemente a realização de estudos comparativos entre os grupos remanescentes e os aqui encontrados pelos europeus.

A crença de que os índios falassem unicamente o Tupi se deve, portanto, à supervalorização da língua e das tribos indígenas Tupi, em detrimento dos demais grupos pois, em verdade, já são registradas e classificadas no Brasil grandes variedades linguísticas.

A crença de que o Tupi é a língua exclusiva dos índios brasileiros decorre, primeiramente, dos contatos iniciais da ciência ocidental com os falantes Tupi através dos relatos e assentamentos dos missionários no início da colonização. Todo o litoral da Colônia, que foi sendo

ocupado pelos europeus, era habitado pelos falantes da “língua do mar” a qual foi considerada como protótipo das nossas línguas indígenas. As demais, em sua multiplicidade de falares, ficaram desprezadas, quer pelos portugueses, quer pelos Tupi, sendo genericamente englobadas na denominação pejorativa de “Tapúya”, que na Língua Tupi significa “inimigo bárbaro”. Nestas circunstâncias, a Língua Tupi se converteu no objeto principal dos estudos dos missionários, criando-se, em relação a ela, um verdadeiro egocentrismo. A ampliação do uso da sua língua se deve assim, à divulgação através dos missionários, até mesmo entre as populações indígenas de outros troncos linguísticos. Na região do rio Negro, por exemplo, sertanejos falam uma “língua geral” como resultado da evolução do antigo Tupi disciplinado pelos missionários, o que patenteia o fato de que muitos índios tiveram que aprender a falar Tupi com os “civilizados”.

É interessante consignar que esta “tupimania” se estendeu até aos estudiosos estrangeiros que se deixaram impressionar pela documentação brasileira.

No final do século passado, portanto, o que se conhecia a cerca dos costumes indígenas convertia, sobretudo, para os índios Tupi. André Thevet, Jean de Léry, Claude d’Abbeville, Hans Staden, Gabriel Soares de Souza e Pero e Magalhães Gandavo são alguns dos cronistas mais célebres que contribuíram para a magnificação desse tema cívico. Conseqüentemente, a carência de um documentário mais substancial sobre os índios “Não-Tupi” levou grandes vultos da literatura brasileira a focalizar, predominantemente, os índios Tupi, estruturando suas criações indianistas e romancista, segundo as linhas culturais desses grupos. A “tupimania” revelou seus excessos quando esses autores atribuíram padrões culturais Tupi às sociedades Não-Tupi, como Gonçalves Dias o fez seu pequeno poema “Y-Jucá-Piramá”. Mattoso Câmara (1965) salienta as contradições do grande escritor que centraliza a ação do poema entre os índios Timbira, representantes do Grupo Linguístico Jê. Para impregnar a sua obra de uma coloração local, o poeta utiliza um vocabulário de origem Tupi até mesmo para a titulação desse pequeno drama épico, pois que “Y-Jucá-Piramá” significa em Tupi “aquele que vai morrer”. Não há dúvida que o prisioneiro era Tupi, mas a designação deveria ter sido dada à tribo que o aprisionara;

acresce a circunstância não mais lingüística, porém etnológica, de que todo o ritual da morte foi emprestado da famosa narrativa de 1557 de Hans Staden e é, portanto, Tupinambá. Vemos, assim, a título de exemplificação, uma das numerosas transposições da cultura Tupi de que abunda o indianismo brasileiro.

Na atualidade, entretanto, ainda permanecem inúmeros falantes das línguas dos troncos Tupi e Macro-Jê, sendo também expressivos os falantes das Famílias Aruák e Arawá, Karib, Tucano, Máku e Yanomámi. Existem, também, os de outras famílias lingüísticas menores, ao sul do Amazonas, e aqueles cujas línguas são classificadas como isoladas.

A correlação língua-cultura

Língua e cultura são entidades historicamente determinadas e seus índices de mudança são variáveis, podendo ser diferentes entre si. Portanto, não há uma perfeita correlação entre ambas. As culturas e sociedades indígenas atuais não são as mesmas de quinhentos anos passados, tanto porque as populações que as compõem são muito menores, quanto porque a dinâmica intercultural que as determinava baixou de intensidade pela extinção de dezenas e centenas de outros povos.

O ilhamento em que se encontram muitas comunidades indígenas as deixa à mercê de outras influências culturais, principalmente da dinâmica regional da sociedade brasileira. O processo de compulsão político-cultural que denominamos de aculturação tem levado os povos indígenas a transformar suas culturas e suas vidas como meio de adaptação e sobrevivência.

O movimento indígena

A tentativa mais ambiciosa do movimento indígena foi a criação da União das Nações Indígenas a partir de 1979. Seu programa tenta juntar todos os povos indígenas a fim de criar uma frente comum de auto-defesa e afirmação perante o Estado e a Nação Brasileira. A diversidade cultural é um fator que dificulta a somatória de interesses

específicos e que requer solução imediata. Entretanto, seus líderes e fundadores acabaram voltando aos seus respectivos povos objetivando manter suas lideranças. A variedade cultural e econômica, em que coexistem os duzentos e vinte povos indígena atuais, dificulta a formação de uma mentalidade política pan-indígena. Tal fato torna mais fácil para as forças anti-indígenas manipular interesses contrários, acirrar ânimos de inimizade e usar determinados grupos indígenas ou lideranças individuais a seu favor e em prejuízo de outros interesses indígenas. Este problema é o mais difícil de ser resolvido e foi, por ele, que os povos indígenas historicamente perderam a guerra contra a dominação estrangeira.

Hoje, nenhum Governo, mesmo o mais antipático à causa indígena, ousa combater a idéia de se preparar uma declaração universal dos direitos do índio. Este seria um documento das Nações Unidas que se espera ter a força moral e política da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas até as lideranças indígenas americanas se desentendem quanto ao direito da auto-determinação, da existência de um conceito internacional que permitiria, pelo menos em teoria, que os Yanomámi, por exemplo, um dia chegassem à independência política e criassem uma nação. Esta bandeira, levantada por alguns líderes indígenas do Canadá, bateu de frente com a oposição de líderes indígenas brasileiros, reproduzindo o mesmo choque cultural e as mesmas diferenças econômicas que hoje dividem os governos americanos do Norte (países ricos) e do Sul (países pobres). Com uma população de setenta mil índios, os Crees protestaram em Genebra contra os índios brasileiros por acharem que estes não estavam lutando, como eles, pela auto-determinação. Já num processo avançado de autonomia, os Crees criaram uma companhia aérea com o dinheiro que receberam do governo canadense em *royalties* pela exploração de petróleo nas suas terras. No Brasil a situação é bastante díspare. Os Potiguára, remanescentes dos Tupi localizados no Estado da Paraíba (Baía da Traição), ainda brigam na justiça pela posse do cemitério, onde estão enterrados seus ancestrais, e que ficou fora da área demarcada de suas terras. Estes índios, que não têm direito nem ao rio que passa pela sua comunidade, como podem entender que os Crees queiram que eles se transformem em Estado Potiguára? Enquanto os Crees são ricos, os

Potiguára são pobres e estão lutando apenas pelo mínimo de sobrevivência. Não falam mais a língua materna, não pensam e nem querem virar nação, o que foi enfaticamente expressado por Eliane Potiguára, representante e porta-voz das dezesseis aldeias dos Potiguára, nos bastidores da ONU, durante uma discussão que teve com um líder dos Crees. Enquanto os grupos indígenas integrados à sociedade regional do nosso território se consideram brasileiros, os Crees não se vêem como canadenses. Eles entendem que da tutela do Estado advém a idéia de que todos pertencem à mesma “nação”.

Tal forma de autodeterminação é considerada, pela Fundação Nacional do Índio, como perigosa dadas as condições precárias em que se encontram inúmeros grupos indígenas brasileiros, em vários estágios de aculturação em relação às sociedades regionais incluindo, até mesmo, os “sem-terra”.

Os índios Tupi no contexto arqueológico

Embasados no estudo da cerâmica as pesquisas realizadas indicam ser os grupos da Tradição Tupi-Guarani os de maior expressão pela extensão espacial que ocupam ao longo do território brasileiro. Mas, muitas questões permanecem em aberto no que se refere à origem da Tradição, tais como: pontos de dispersão, sentido das rotas migratórias, interpretação dos fatores que teriam provocado as migrações e, até mesmo, quanto à própria caracterização da Tradição Tupi-Guarani; além dos poucos dados, sobretudo aqueles relacionados à identificação dos sistemas culturais (Santos, 1991).

Os modelos da Tradição Tupi-Guarani estão fundamentados nas evidências arqueológicas, etnográficas e linguísticas.

Segundo Brochado (1984), haveria duas subtradições ceramistas, a da região Leste-Nordeste (Tupinambá) e a da região Sul (Guarani), embora a Tradição Tupi-Guarani tenha sido constatada nos Estados do Pará e Goiás. A estas são atribuídas uma origem comum, a Amazônica, e relacionadas ao Tronco Linguístico Tupi. Admite-se, ainda, a ligação da subtradição com a Tradição Policrômica da Amazônia (Brochado, 1984; Brochado & Lathrap, 1982). A ocupação de ambientes diferentes

por cada uma das ramificações, Tupinambá e Guarani, trouxe reflexos na cerâmica pelas modificações nos cultivos.

Os Guarani se espalharam e atingiram os rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Os Tupinambá, da mesma forma, atingiram as terras costeiras do Nordeste e Leste do Brasil.

À época do contato com os europeus, grupos da família Tupi-Guarani encontravam-se nas cabeceiras dos rios que compreendem a Amazônia Central, nas porções Sul e Leste. Os Tupi teriam dominado a área dos maiores tributários do rio Amazonas, alcançando a Costa Atlântica do Brasil e Uruguai, atingindo o rio da Prata e os sistemas fluviais do Paraná, Paraguai e Uruguai. A partir da Amazônia Central esta dispersão é estimada entre 3.000 e 2.000 anos a.C. Os registros ainda indicam que desta área alguns grupos teriam migrado para o alto-Amazonas. A tradição Tupi-Guarani, no Rio Grande do Sul, já estava presente à época de Cristo (Schmitz, 1985). Por volta de 700 a 800 anos d.C., o Guarani e o Tupi estariam completamente separados (Migliazza, 1982).

A origem dos nativos do novo mundo

A presença de seres humanos no Novo Mundo suscitou, desde o início nos europeus, uma questão intelectual e prática: intelectual, porque a existência dos indígenas fazia com que os europeus tivessem que encontrar para eles um lugar no seu sistema tradicional de explicação do mundo; prática porque, caso se demonstrasse terem os índios uma origem independente de qualquer contato com o Velho Mundo, isto equivaleria a definí-los como não-homens, e então os europeus se permitiriam a submetê-los a qualquer tipo de exploração.

O sentimento do “novo” e do “desconhecido” que os índios provocaram de imediato nos europeus desde a primeira viagem de Vespúcio pela costa brasileira e em particular, nos portugueses, levou-os a trabalhar a imaginação e a razão para tentar formar uma idéia clara a seu respeito. Seriam os descendentes de um dos filhos de Noé? Teriam sido visitados por um dos apóstolos? Seriam realmente humanos? Possuiriam racionalidade? Foi somente através da Bula *Veritas*

Ipsa expedida em 9 de junho de 1537 pelo Papa Paulo III, que os índios foram colocados no plano da humanidade, junto dos demais homens, ficando proibida sua escravidão sob pena de excomunhão. Este ato foi conseqüência das denúncias veementes do frade Bartolomé de Las Casas, da Ordem de São Domingos, quanto ao alto nível de crueldade exercido nas colônias espanholas contra os índios. No Brasil, a Bula somente ficou conhecida um século depois, quando foi expedida a Bula *Comissium Nobis* pelo Papa Urbano VIII, em 22 de abril de 1639, que reafirmava os termos da anterior e a ameaça da mesma pena para os escravizadores de índios.

Atualmente, numa ótica científica, o problema da origem das populações nativas americanas, incluindo as do Brasil, se volta para a questão do aparecimento do Homem no Novo Mundo.

As hipóteses propostas para explicar quem eram, de onde vieram, quando e como chegaram os primeiros habitantes da América, são cada vez mais elucidativas e embasadas na multiplicidade disciplinar.

Fisicamente os nativos americanos são classificados como mongolóides, tendo esta raça geográfica se desenvolvido no nordeste asiático em adaptação às condições de frio extremo. Aqueles, de aspecto mongolóide mais acentuado, se encontram no extremo noroeste da América entre os de falas Esquimó e Na-Dene. Contudo, todos os grupos possuem vestígios de caracteres mongolóides. Os esqueletos originários de sítios arqueológicos mostram que aos primeiros imigrantes faltavam as especializações adaptativas ao frio, tão características dos nativos siberianos históricos.

Os ancestrais dos ameríndios vieram do nordeste da Ásia. Evidências arqueológicas e antropofísicas convincentes indicam que da Sibéria migraram através da ponte de terra de Bering para o Alasca há 12.000 AP (antes do presente) e há 11.000 AP já haviam chegado ao Sul do Chile (Turner & Bird, 1981). No período compreendido entre 11.500 e 8.500 AP as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Leste do Brasil já se encontravam em processo de ocupação que se estendeu, mais tardiamente, por volta de 6.500 AP em direção à região meridional do país (Schmitz, 1984).

Estudos mais recentes sobre a diversidade genética dos Ameríndios atuais indica, tão somente a contribuição dos asiáticos na formação

das populações nativas americanas (Salzano & Callegari, 1989; Salzano, 1984; Williams et al., 1985; Black et al., 1988).

O atual modelo explicativo para a diversidade biológica dos Ameríndios se baseia na difusão de pequenos grupos na direção Norte-Sul do continente, a partir da Sibéria. Evidências dentárias também levam à uma inquestionável origem asiática para os Ameríndios, os quais possuem o padrão dentário sinodôntico característico das populações mongolóides (Turner, 1983, 1984, 1987). O modelo das três migrações sugeridas por Turner (1963) baseado em variações dentárias é o de maior aceitação pelos geneticistas (Williams et al. op. cit.) e lingüistas (Greemberg et al., 1986).

Por este modelo de povoamento, à exceção dos Aleutas-Esquimós e os grupos de língua Na-Dene e os da Grande Costa Noroeste do Pacífico, os demais Ameríndios (Macro-Índios) se originaram de uma única migração e, portanto, grande parte das variações biológicas dos índios americanos é tida como produto das diversificações locais. A idéia predominante entre os arqueólogos, baseada em dados cronológicos, é de que a primeira entrada do Homem na América ocorreu não muito antes do final do Pleistoceno. Tal ponto de vista está acorde com as condições paleoambientais da Beríngia durante o período glacial Wisconsin (Hopkins et al., 1982), e pelas datações absolutas dos sítios arqueológicos mais antigos de toda a América, sendo inconteste a presença do Homem neste continente há pelo menos 15.000 anos AP. Outrossim, alguns arqueólogos têm relatado datações mais antigas da presença do Homem, especialmente nas Américas Central e do Sul (Macneish, 1983; Guidon & Delibrias, 1986).

Em recente estudo sobre o mosaico lingüístico nas Américas, a idéia de uma entrada mais antiga do Homem no Continente Americano foi mais uma vez sugerida (Nichols, 1990).

Em trabalho apresentado no X Congresso Latino-Americano em abril de 1991, pelos geneticistas Francisco Mauro Salzano e colaboradores, baseados nas grandes variações da gamaglobulina, indicativa de acentuada diversidade genética, ocorridas em sessenta grupos indígenas das Américas, principalmente da Central e da do Sul, levantaram hipóteses divergentes sobre a teoria dos pesquisadores norte-americanos em voga, sugerindo um maior tempo de ocupação nativa para o

Continente Americano. A primeira hipótese é de que existiram, pelo menos, quatro grupos migratórios correspondentes ao número de linhagens mitocondriais encontradas nos grupos indígenas estudados e não apenas três levas migratórias. A segunda, é de que poderia ter havido diferenciações biológicas entre os ameríndios na medida em que eles, no processo de colonização nativa, sofriam influências dos variados ambientes. Esta pesquisa indica que a entrada na América se deu há mais de 20.000 anos.

Entretanto, para os mais conservadores — segundo o método da dentocronologia, baseado na microevolução da morfologia dentária — a data de fissão entre os índios americanos e os grupos do nordeste asiático é de apenas 13.000 ± 300 AP; com relação às populações brancas do norte da Europa e de 52.000 AP; e com as populações negras do oeste africano de 60.000 ± 6100 AP. Em contrapartida, os polinésios migraram do sudeste asiático para as ilhas mais recentes, há 5.000 2.200 AP e não derivam dos melanésios (Turner, 1986), não podendo, portanto, terem contribuído para o povoamento da América.

Sendo o período de 50.000 a 100.000 anos passados considerado como bastante próximo do ponto de partida do padrão *Homo sapiens* é inviável se encontrar no Continente Americano vestígios de formas humanas primitivas.

Os índios brasileiros são parte importante dos Macro-Índios que, como os demais nativos americanos, têm sua derradeira ancestralidade na região compreendida entre o sul do lago Baikal, na atual comunidade dos Estados Independentes (CEI), e o norte da China. São mais próximos biologicamente de outros índios sul-americanos, dos meso-americanos e da maioria dos norte-americanos. Existe um padrão regular de dispersão dos Ameríndios através da América Central em direção a América do Sul, atestado em análise recente sobre o relacionamento genético entre dezenove tribos das Américas Central e do Sul baseado em seis sistemas genéticos (Rh, MNSs, Kidd, Duffy, Diego e haptoglobinas). As distâncias intertribais são em média de 0,41. Entretanto, os Yanomámi encontram-se mais afastados (0,53) e os Guaimi do Panamá, ainda mais (0,57). Estes últimos se relacionam mais entre si do que com outras tribos brasileiras como os Kayapó e os Xavantes. A excepcionalidade dos Yanomámi é devida à sua

permanência na condição de isolado por muitos séculos (Neel et al., 1977).

Por meio de sessenta e cinco traços não-métricos cranianos foram estimadas distâncias biológicas entre populações indígenas brasileiras pré-históricas ("Homem de Lagoa Santa", MG; grupo do Sambaqui de Cabeçuda, SC e grupo da Furna do Estrago, PE) e contemporâneas (índios Botocudos das antigas Províncias da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais e índios Guajajara, MA).

A distância genética entre as populações pré-históricas e contemporâneas ($0,0641 \pm 0,00136$) é inferior a qualquer distância intergrupala, ratificando a existência de um mesmo sistema populacional indígena brasileiro que persista há, pelo menos, 10.000 anos (Mello e Alvim & Souza, 1990).

Muitas variações físicas secundárias encontradas entre os grupos indígenas brasileiros foram resultados da adaptação subsequente aos vários nichos ecológicos existentes em nosso país. Do ponto de vista biológico, os índios do Brasil caracterizam-se, predominantemente, por apresentarem estatura média, compleição robusta, carência de barba e pouca pilosidade corporal, olhos oblíquos com prega mongolóide, pômulos da face salientes, nariz ligeiramente achatado, cabelos pretos, lisos, grossos e abundantes, bem como os dentes incisivos centrais e laterais superiores em "forma de pá". Mostram ainda baixa carga de létons, elevado grau de fertilidade com a média de 6,2 filhos por mulher prolífera, baixa longevidade, particularmente na mulher e acentuado endocruzamento. Entretanto, nem todos os grupos encerram a totalidade destas características, o que confirma a variabilidade morfo-genética dessas populações.

Pesquisas antropométricas, em grupos indígenas brasileiros, apontam certo paralelismo entre morfologia e língua. Os Guarani dos Estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul são próximos, do ponto de vista biológico, dos Tenetehára do Estado do Maranhão quando comparados com os grupos do Tronco Macro-Jê (da Rocha, 1971). Da mesma forma têm sido realizados à base de mais de uma dezena de sistemas genéticos, estudos sobre a correlação entre distâncias genética e geográfica em tribos e famílias lingüísticas indígenas distintas. Na Amazônia, por exemplo, existe correlação significativa entre distâncias

genéticas e geográfica entre o Karíbe e, entre os Tupi grandes distâncias a nível intertribal por serem, possivelmente estes últimos, numericamente inferiores e com maior mobilidade espacial.

Tais fatos mostram a necessidade de investigações interdisciplinares para se desvendar a intrincada interação habitat, biologia e cultura que ocorrem nestes grupos (Salzano & Callegari, 1991).

Quanto às características genéticas, as populações indígenas brasileiras são quase exclusivamente 0 (zero), Rh(+) e K(-); mostram porém, grande variabilidade na incidência de outros genes tais como L^M, Di^a, Fy^a, Hp¹, Se, também no que se refere à feniltiouréia (PTC).

Utilizando-se a espectrofotometria de reflexão os índios norte-americanos não diferem, de maneira marcante, em relação à cor da pele em todo o Continente Americano. Talvez, pela entrada recente na América, não houvesse tempo suficiente para que a seleção produzisse mudanças apreciáveis (Salzano & Freire-Maia, 1967). Do mesmo modo que a cor de pele dos índios Kaingáng e dos Guarani do Estado do Paraná, Brasil, formam um conjunto homogêneo refletindo semelhanças no comportamento genético destas duas populações (Harrison & Salzano, 1966).

Quanto aos padrões de doenças, os grupos indígenas brasileiros quando não aculturados, apresentam boa acuidade visual, baixíssima frequência de daltonia, ausência de siclemia, baixas percentagens de cáries e de problemas de oclusão dentária e ainda baixa frequência de otosclerose. Uma parte deles não tinha sido exposta aos bacilos da tuberculose e da papovavirose. Alguns grupos apresentam deficiência de iodo, sendo raros os problemas de desenvolvimento sexual, tais como o pseudo-hermafroditismo e a síndrome de Kalman; ausência de câncer e do *Plasmodium falciparum*. Entretanto, apresentam altos níveis de anti-corpos devido ao ataque de muitos agentes infecciosos como a *Mansonella ozzardi*, a única espécie autóctone do continente e uma grande variedade de helmintos intestinais. Apresentam ainda a *Taxoplasma gondii* (25 a 100%) e a presença do antígeno para a hepatite B (71%), além de várias doenças de pele (Salzano, 1985; Salzano & Callegari, 1988).

A situação dos indígenas brasileiros, em termos de saúde, mostra que algumas populações enfrentam graves problemas. Com suas terras

invadidas por colonos, garimpeiros e outros, encontram-se sob pressão constante das várias frentes da sociedade nacional que, por motivos diferentes, adentram as regiões mais isoladas do nosso território. Epidemias, alcoolismo, prostituição e destruição ambiental, estão entre as tantas agressões praticadas contra essas sociedades. Os efeitos produzidos pelas epidemias e degradação ambiental sobre a saúde, com implicações epidemiológicas e sociais, têm, como decorrência, alterações na dinâmica populacional. Dentre as doenças introduzidas, destaca-se a oncocercose, endêmica entre os Yanomámi, cujas manifestações mais importantes são nódulos subcutâneos, prurido, alterações na pele e cegueira. A epidemiologia dessa parasitose na população se destaca pelo fato de que em algumas aldeias mais da metade da população adulta se encontra infectada. Trata-se de uma doença trazida para o Novo Mundo por escravos africanos, transmitida por outros grupos indígenas. São freqüentes as internações de pacientes indígenas oriundos das aldeias em cujas cercanias há maior concentração de garimpeiros. Afecções dermatológicas de altíssimas freqüências entre os Xavantes estão ligadas às precárias condições de higiene e habitação. A tuberculose, que era endêmica nos tempos pré-históricos, tem uma alta incidência, bem como a febre amarela, a doença de Chagas, a leishmaniose, helmintíases e a rubéola. Doenças cardiovasculares são raras e a diabetes é virtualmente inexistente.

Embora poucos estudos descrevam a composição específica das dietas dos grupos indígenas, em alguns, há elevada prevalência de nanismo e/ou atrofia nutricional. Mudanças sócio-econômicas e sociais, resultantes do contato com os regionais afetam, sobretudo, o estado nutricional, apresentando algumas comunidades indígenas, elevados níveis de desnutrição protéico-energética e anemia, bem distantes das descrições de Pero Vaz de Caminha, em sua carta, quanto ao aspecto saudável dos nativos. No caso dos índios da Amazônia, por exemplo, nota-se que os atuais grupos são os sobreviventes marginais do ponto de vista ecológico. Sobrevivem hoje da horticultura de coivara e forrageio, e vivem em comunidades independentes e igualitárias. Isto os diferem muito das antigas comunidades complexas da área que, embora mais relacionadas a eles biologicamente do que em relação às comunidades andinas centrais pré-históricas e atuais, apresentavam diferenças

quanto à estatura, robustez e patologias ósseas. Esta diminuição de hígidez deve estar correlacionada ao estresse fisiológico crônico durante o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos e não pode, evidentemente, ser explicado como uma adaptação original desses grupos ao meio ambiente. Tal fato deve ter decorrido da perda do controle das áreas ricas e dos recursos naturais do meio ambiente iniciada com o processo de conquista europeu e mantida, até hoje, pelas populações regionais, sob o controle das elites nacionais e internacionais.

A denominada “doença de reclusão pubertária” (neuropatia periférica) entre os índios adolescentes do sexo masculino da região do Alto Xingu (Brasil Central) é uma patologia tipicamente indígena, de origem exógeno-tóxica por ingestão, em forma de beberagem, de plantas tóxicas, embora fatores de ordem social e sobrenatural estressantes possam também estar envolvidos (Verani & Morgado, 1991).

Apesar de todos os percalços que as populações indígenas enfrentam há quase meio milênio, os grupos vêm num crescendo nas últimas três décadas. Esta otimização da sobrevivência prende-se à uma melhoria das condições de saúde, quer pela aquisição de anti-corpos relativas às doenças ocidentais, quer por uma melhor assistência médico-sanitária, inclusive das populações regionais. Por outro lado, o conhecimento das várias cosmovisões indígenas e dos seus possíveis reflexos psicológicos, viabilizam uma mais efetiva orientação na política indigenista assistencial.

Acredito que o aprofundamento dos estudos arqueológicos e etno-históricos dos primórdios da colonização, embora não viabilizem estudos comparativos integrais com os grupos atuais, podem oferecer, em contrapartida, subsídios para esta política que, juntamente com o reconhecimento do grande valor das diversidades biológica e cultural e dos direitos soberanos das sociedades indígenas em relação às suas terras, é dever de todos os cidadãos e governantes.

ABSTRACT: *The indian inhabitants of Brazil in the century of the discovery: aspects and problems.* — Today in Brazil there are 230.000 indians, 220 nations and 170 native languages, whereas, in 1500 there were, about 5.000.000 inhabitants and 340 languages. However, the History of Brazil focuses on the 25 Europeans generations that conquered

the country instead of focusing 600 previous native generations. Before the contact not all indian groups had problems with demographic expansion or decline, although, the arrival of the settler, substantially altered the rhythm of growth of the indians. In spite of this the remaining indian inhabitants had been growing in the last three decades. It is important to recognize the value of the biological and cultural differences and the rights of the indian societies.

Referências Bibliográficas

- BLACK, F.L.; PANDEY, J.P. & SANTOS, S.E.B. HLA and Ig allotype based incidence of inter and intra continental relationship of native amazonian populations. In: (NEVES, W.A., Org.) *Origins, Adaptations and Biological Diversity of the Native Amazonians*, 1988.
- BROCHADO, J. P. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. Univ. Illinois, 1984 — Tese de doutorado.
- BROCHADO, J. P. & LATHRAP, D.W. *Amazônia*. Univ. Illinois, 1982. Manuscrito.
- CÂMARA, Jr., J.M. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1965.
- Da ROCHA, F.J. *Antropometria em Indígenas Brasileiros*; Porto Alegre, UFRS, Instituto de Biociências, 1971.
- GAMBINI, R. *O Espelho Índio — Os Jesuítas e a Destruição da Alma Indígena*. Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo Ltda, 1988.
- GOMES, M.P. *Os Índios e o Brasil. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*, Petrópolis. Ed. Vozes, 1988.
- GREENBERG, J.H; TURNER II, C.G. & ZEGURA, S.L. The settlement of the Americas: a comparison of linguistic, dental, and genetic evidence. *Curr. Anthop.* 27: 477-497, 1989.
- GUIDON, N. & DELIBRIAS, G. Carbon-14 dates point to man in the America 32000 years ago. *Nature*, 321: &69-771, 1986.
- HARRISON, G.A. & SALZANO, F.M. The skin colour of the Caingang and Guarani indians of Brazil. *Human Biology*, 38: 104-11, 1966.
- HOPKINS, D.M. et al. *Paleoecology of Beringia*, New York: Academic Press, 1982.
- LARAIA, R. de B. Gandavo e os Tupinambá. *Comentários*, Rio de Janeiro, 8 (2): 147-151, 1967.
- MACNEISH, R.S. Mesoamérica. In: (R. Shutler Jr., Ed.) *Early Man in the New World*. Beverly Hills: Sage Publications, 1983.
- MELLO E ALVIM, M.C. de SOUZA, S.M.F.M. Relações biológicas entre populações indígenas atuais e pré-históricas do Brasil. Recife, *Clio, Arq.*, 1 (6): 59-79, 1990.
- MÉTRAUX, A. *La Religion des Tupinambá — et ses rapports avec celle des autres tribus tupi-guarani*, Paris Leroux, 1928.
- MIGLIAZZA, E.C. Linguistic Prehistory and the Refuse Model in Amazonia. In: (Ghilleen T. Prance, Ed.). *Biological Diversification in the Tropics*. New York, Columbia University Press, 1982.

- ALVIM, M. C. de M. As populações indígenas do Brasil no século do descobrimento: aspectos e problemas. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 7:11-31, 1993.
- NEEL, J.W.; LAYRISSE, M. & SALZANO, F.M. Man in the tropics; the Yanomami indians. In: (Harrison, G.A., Ed.) *Population structure and human*. Cambridge University Press, 109-42, 1977.
- NEME, S. O Contato Inter'etnico entre Europeus e Sociedades Tribais no Rio de Janeiro. *Rev. de Arqueologia*, Rio de Janeiro, 5 (1): 31-39, 1988.
- NICHOLS, J. Linguistic diversity and first settlement of the New World. *Language*, 66: 475-521, 1990.
- RODRIGUES, A.D. *Línguas Brasileiras — Para o conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo Ed. Loyola, 1986.
- SALZANO, F.M. The peopling of the Americas as viewed from South America. *Acta Anthropogenetica*. 8: 111-123, 1984.
- _____. Parasitic Load in South American Tribal Population. In: *Symposium Health and Disease of Population Transition*. Wenner — Gren Foundations for Anthropological Research. Santa Fe, New Mexico, 1985.
- SALZANO, F.M. & CALLEGARI, J.S.M. Disease Patterns. In: *South American Indians: A Case Study in Evolution*. Oxford, Charendon Press, 87-113, 1988.
- _____. A Amazônia. In: (NEVES, W.A., Org.) *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- _____. O Índio da Amazônia: uma abordagem microevolucionária. In: (NEVES, W.A., Org.) *Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia*. Belém, Pará, 39-53, 1991.
- SALZANO, F.M. & FREIRE-MAIA, N. *Populações brasileiras — aspectos demográficos, genéticos e antropológicos*, São Paulo, EDUSP, 1967.
- SANTOS, C.A. dos. *Rotas de Migração TupiGuarani — Análise das hipóteses*. Recife, 1991. Dissertação de Mestrado.
- SCHMITZ, P.I. *Caçadores e coletores da Pré-História do Brasil*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.
- TURNER II, C.G. Dental evidence for the peopling of the Americas. In: (R. SCHUTLER, Jr. Ed.) *Early Man in the New World*. Beverly Hills: Sage Publications, 1983.
- _____. Avances in the dental search for native american origins. *Acta Anthropol.* 8: 23-78, 1984.
- _____. The First Americans: The Dental Evidence — *National Geographic Research*. 2 (1): 37-46, 1986.
- _____. Late Pleistocene and Holocene population history of East Asia based on dental variation. *Am. J. Phys. Anthropol.* 73: 305-321, 1987.
- TURNER II, C.G. & BIRD, J. Dentition of Chilean Paleo-indians and peopling of the Americas. *Science*. 212 (4498): 1053-155, 1991.
- VERANI, C. & MORGADO, A.F. Fatores culturais associados à Doença de Reclusão do Alto Xingu (Brasil Central). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 7 (4): 515-537, 1991.
- WILLIAMS, R.C. et. al. GM allotypes in native americans: evidence for three distinct migrations across the Bering land bridge. *Am. J. Phys. Anthropol.* 66: 1-19, 1985.